



RESPOSTA AO PEDIDO DE INFORMAÇÃO Nº 2017002620102532

Resposta ao questionamento feito através do Portal da Transparência, sob o protocolo nº 2017002620102532, aberto em 18/09/2017.

PREAMBULARMENTE

Cinge-se a situação no questionamento, intitulado como **denúncia**, feito por parte da Servidora xxxx, matrícula: xxxxxx (Professor I) e xxxxx (Professor de Educação Física), à Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR)/PE.

Inicialmente a servidora, de forma resumida, explica o que é uma Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT), seu fundamento legal e a qual fim o referido documento se destina, bem como coloca que não estaria sendo atendido pela gestão devido ao que ela denomina por negativa da Unidade de Perícias Médicas (UPM) da PCR.

DIANTE DO EXPOSTO PASSAMOS A RESPONDER O QUE FORA QUESTIONADO:

1 - No que diz respeito ao que a servidora caracteriza como uma negativa da UPM em assinar a CAT, direito ora guerreado pela Professora Elizabete, o que houve é que não é competência da UPM homologar tais documentos, conforme já explicado anteriormente em outro protocolo/denúncia encaminhado ao Portal da Transparência.

A competência para tal procedimento é do NAST/CEREST (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador), conforme explicitado (regulamentado) no Plano Municipal de Saúde 2014-2017.

2 – Diz que, em 18/11/2016, a então Gerente Geral da Gestão de Pessoas da Secretaria de Educação, rejeitara o preenchimento da CAT.

Quanto a esta situação não podemos nos pronunciar por que não é de nossa competência ou conhecimento.

3 – Afirma que o CEREST é, e realmente é, a autoridade pública competente para o preenchimento.

Concordamos com a servidora. Sim o CEREST não só é a autoridade pública competente para preencher, mas de homologá-la (conforme explicita/regulamenta o Plano Municipal de Saúde 2014 – 2017).

4 – Informa que no dia 10 de agosto de 2017 a mesma levou à UPM o formulário preenchido pelo CEREST, e que o documento não teria sido “assinado” pela Chefia da UPM, informando ainda, que a mesma chefia despachou no documento que não teria a competência para tal “assinatura” e que ela teria retornado ao CEREST e entregue o formulário à senhora Maria Helena.

Realmente a servidora esteve na UPM no dia 10/08/17, momento em que a mesma foi atendida pela Gerente da Unidade e em que lhe foi entregue a CAT com o despacho explicitando que não é/era competência da UPM homologar tal documento, mas sim do CEREST que é/foi a unidade que a atendeu desde o início e que atestou o nexo de causalidade.

Reforçamos que não se trata de “assinar” ou não “assinar” o documento, mas ter ou não a competência para assiná-lo. Não existindo a competência, tal “assinatura” é inócua e não se presta a representar direitos. Procedendo desta forma a Chefia da UPM poderia, ao contrário daquilo que deseja a servidora ora denunciante, a estaria prejudicando.

5 – Informa que no dia 23/08/17 a Gerencia Geral de Vigilância Sanitária teria reenviado à UPM a CAT, através da CI 342017 respondendo aos questionamentos feitos através do outrora citado despacho (10/08/2017) no verso da CAT.

Com respeito a essa afirmação, realmente nos foi encaminhada a CI com as respostas aos questionamentos feitos pela Chefia Médica da UPM contendo como anexos, não a CAT, apenas uma cópia “reprográfica” da mesma, bem como cópias dos atestados que teriam fundamentado o nexo de causalidade que teria ensejado/que ensejou a CAT. Ou seja, neste momento não nos chegou qualquer documento, mas apenas cópias. Na UPM, em nenhum momento ficou/ficaram original (ais) de qualquer documento referentes a atual denúncia.

6 – Afirma que teria ligado para UPM, conversado com a servidora específica da UPM, que teria informado sobre uma reunião entre a SAGP-UPM e o CEREST e que a CAT seria reenviada ao CEREST.

No que tange a este item temos o seguinte a comentar: 1- a reunião acima descrita realmente existiu, momento em que se foi alinhar qual era o fluxo de emissão/homologação das CAT e de quem seria tal papel. Nessa reunião ficou acordado que o CEREST passaria a atender às demandas para as quais existia/existe e que são contempladas pelo Plano Municipal de Saúde 2014-2017, ou seja, atender ao servidor com alegada queixa de acidente, confirmação ou não do Nexo de Causalidade e constatado o nexo, emissão/homologação da CAT; 2- Com relação à informação dada à servidora pela UPM, a mesma foi inquerida e informa que desconhece ter dado tal informação; 3- Quanto à alegada entrega da CAT ao CEREST, esta não houve, até porque não a tínhamos, apenas dispúnhamos/dispomos de uma cópia, nada mais.

7 – Com respeito a afirmação de que teria sido informada por uma servidora específica da UPM e que a mesma teria informado que o documento teria sido enviado ao representante do CEREST e que este teria informado que não teria recebido.

Inquerida sobre o assunto a servidora elencada como tendo dado a referida alegação, a mesma negou que este tenha sido o conteúdo da explicação dada, até porque este documento em nenhum momento ficou, permaneceu, na UPM, apenas cópia.

8 – Com respeito a afirmação de que a chefe do Setor de Atenção à Saúde do Trabalhador não teria recebido o documento ora guerreado.

Reforçamos que em nenhum momento ficou na UPM qualquer que fosse a original de formulário de CAT.

9 - Com respeito a afirmação de que o responsável do CEREST pela abertura/homologação das CATs não ter recebido o documento.

Reforçamos que em nenhum momento ficou na UPM qualquer que fosse a original de formulário de CAT.

10 – Sobre a localização da CAT.

Reforçamos que em nenhum momento ficou na UPM qualquer que fosse a original de formulário de CAT.

11 – Sobre o completo preenchimento do documento.

Tal responsabilidade, conforme o Plano Municipal de Saúde 2014-2017 e os entendimentos resultantes da reunião do dia 06/09/17, é do CEREST.

Esperamos ter esclarecido suas dúvidas.

Atenciosamente,

**Gerência Geral de Gestão de
Pessoas**